

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: NOVAS PRÁTICAS DISCURSIVAS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

(Public security and human rights: new discursive practices in the education and professional practice of the military police)

Daniel Limeira dos Santos¹

(Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba)

Anderson Alves de Souza²

(Universidade Federal da Paraíba)

ABSTRACT

This research analyzes the constructing strategy of a new representation of the military police officer, through new discursive practices, oriented by the respect of human rights, brought to the formation environment of the professional of public security through the National Syllabus Matrix (NSM). To achieve this objective, extracts from two guidebooks on police stop and search were analyzed using a Transitivity analysis (Halliday and Matthiessen (2004)). Amongst other results, the analysis allowed verify the power the military police officer, legally supported, has over the citizens to, for instance, to block their right to come and go, when performing an approach; this conclusion reinsure the importance of human rights discourse during the formation and performance of the military police officer, so that this power does not degenerate into authority abuse and other crimes against the citizen.

Keywords: *Syllabus Matrix. Human Rights. Critical Discourse Analysis. Transitivity System. Discursive Practice. Police Approach.*

RESUMO

Este trabalho analisa a estratégia de construção de uma nova representação do policial militar por meio de novas práticas discursivas, orientadas pelo respeito aos direitos humanos, trazidas para o âmbito da formação dos profissionais de segurança pública através da Matriz Curricular Nacional (MCN). Para isto, são investigados, sob a perspectiva da análise de Transitividade da Linguística Sistemico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2004), trechos de duas cartilhas sobre abordagem policial. A análise revelou a predominância de processos materiais com os policiais representados na maioria das vezes no papel de Atores com o poder de agir sobre a pessoa abordada. A análise permite constatar a necessidade do discurso dos direitos humanos tanto no âmbito da formação quanto da atuação do policial militar, para que esse poder não se degenere em abuso de autoridade contra o cidadão.

Palavras-chave: *Matriz Curricular. Direitos Humanos. Sistema de Transitividade. Práticas Discursivas. Abordagem Policial.*

INTRODUÇÃO

O contínuo aumento da violência em suas mais diferentes formas, praticada tanto por cidadãos comuns quanto por criminosos, bem como por funcionários públicos responsáveis por combatê-la, tornou o tema da segurança pública no Brasil um dos mais recorrentes nos discursos

¹ Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes (UFPB – 2014); Licenciatura em Letras-Inglês (UFPB – 2011). Comandante do Centro de Pós-graduação e Pesquisa da PMPB (Polícia Militar da Paraíba) (2011 a 2012); Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMPB desde 2015; docente nas disciplinas de Inglês, Ética, Cidadania e Direitos Humanos, nos cursos de Formação de Oficiais da PMPB no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba.

² Professor adjunto na Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Departamento de Letras Estrangeiras Modernas – DLEM. Mestrado (2003) e Doutorado (2008) em Letras Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador Pedagógico do Programa Inglês sem Fronteiras na UFPB desde 2013. Interesse em pesquisas nas áreas de leitura e escrita acadêmica em língua inglesa, análise do discurso e linguística sistêmico-funcional.

da mídia e da política. Neste contexto, as polícias militares tornaram-se os principais alvos de denúncias de prática de violência, amplamente divulgadas pela mídia, bem assim de críticas ferrenhas à estrutura militarizada dessas instituições e à formação de seus integrantes, consideradas incompatíveis com o novo contexto democrático do país.

Considerando imprescindível a modernização e padronização da formação desses profissionais, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, idealizou e elaborou uma Matriz Curricular Nacional (MCN) (BRASIL, 2004). Este documento serviu como diretriz para a reestruturação dos currículos dos cursos de formação nas Academias e Centros de Formação.

A MCN foi elaborada em torno do tema dos direitos humanos, constituindo-se uma nova prática discursiva no âmbito do ensino em segurança pública, norteando-se pelo princípio de que “Os Direitos Humanos e a Cidadania são referências éticas, normativo-legais e práticas [para a formação em segurança pública]”. (BRASIL, 2004, p. 10). Este princípio perpassa sua estrutura, constituída de eixos articuladores e áreas temáticas que buscam promover reflexões, no contexto da segurança pública, de temas como: o sujeito e suas interações; sociedade, poder, estado e espaço público; ética, cidadania e direitos humanos; diversidade, conflitos; violências, crime e controle social, e outros temas afins.

Essa estruturação deixa clara a intenção de se construir uma nova representação do profissional de segurança pública que se adéque ao contexto político e social de um Estado democrático de direito. Esta temática tem também despertado o interesse de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, com abordagens próprias. Para citar alguns exemplos, existem os trabalhos de Muniz (2001), a partir de um viés antropológico; Krok (2008), que aborda o tema sob o enfoque histórico; Rodrigues (2010), de uma perspectiva administrativa; e Cerqueira (2010), na área da educação. Outro estudo que focaliza as práticas discursivas da polícia é o trabalho de Pinto e Gago (2015), que investiga os papéis híbridos adotados por inspetores policiais em interrogatórios na delegacia da mulher.

A presente pesquisa foi motivada pela intenção de contribuir com os estudos em segurança pública a partir de uma perspectiva linguística. Por esta razão, é analisada a prática discursiva dos direitos humanos, proposta na MCN para a formação desses profissionais, considerando a relação de poder entre o Estado (representado pelas instituições de segurança pública), seus agentes e a sociedade.

Dessa forma, a pesquisa analisa a construção da representação do policial militar em situações de interação com a sociedade durante instruções da ação de abordagem e busca pessoal baseadas nas novas práticas discursivas trazidas pela MCN, sobretudo a ênfase no discurso dos

direitos humanos. A pesquisa foi norteadada pelos seguintes questionamentos: 1) Como o policial militar é representado dentro das novas práticas discursivas da MCN? 2) Que relações de poder estão envolvidas nessa representação? 3) Como os direitos humanos têm sido abordados no material didático empregado na formação desses profissionais?

Discutimos ao longo deste trabalho a construção da representação linguística do policial militar no contexto anterior e posterior ao estabelecimento do Estado democrático de direito; identificamos elementos das novas práticas discursivas em cartilhas que orientam a ação policial militar ao proceder as abordagens e discutimos as principais implicações desses elementos para a construção da representação do policial militar em sua prática social.

Trata-se de um estudo de caso, portanto, qualitativo, com abordagem descritivo-analítica dos dados, pois fornece “descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 20).

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍCIAS MILITARES

Para se ter uma visão dos efeitos das práticas discursivas no âmbito das Corporações policiais militares, é importante considerar dois momentos históricos bem distintos vividos pelas instituições que compõem esse segmento profissional. O primeiro momento remete ao governo militar, considerado por muitos como um período ditatorial, que se instalou no Brasil no período de 1964 a 1985, durante o qual se estabeleceu uma vinculação legal das polícias militares ao Exército Brasileiro. A Constituição Federal brasileira, nos parágrafos quinto e sexto do Art. 144 estabelece que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...] as polícias militares e os corpos de bombeiros militares [são] forças auxiliares e reserva do exército [...]” (BRASIL, 1988, p. 101).

Essa condição das polícias militares trouxe implicações organizacionais e ideológicas que propiciaram o estabelecimento de uma relação de poder que resultou em um distanciamento entre a sociedade e essas instituições ao longo dos anos, contribuindo para a construção de uma representação desse profissional associada a um contexto histórico marcado pelo desrespeito aos direitos e garantias individuais constitucionalmente tutelados.

Além disso, a preservação da ordem pública sempre esteve muito relacionada, na história das polícias militares, ao controle de manifestações civis que muitas vezes culminaram em confronto com manifestantes, independentemente de essas manifestações serem legítimas ou não. Portanto, as práticas discursivas no âmbito da formação e atuação dessas instituições naturalmente refletiam o discurso autoritário militar, perpetrado através dos componentes

curriculares dos cursos de formação desses policiais, em vários aspectos semelhantes aos adotados para formar militares do Exército Brasileiro.

O segundo momento histórico, que se estende até os dias atuais, foi o estabelecimento da democracia no país com a eleição de um presidente civil em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que implicou em muitas mudanças, tanto ideológicas quanto institucionais. Esse governo democrático, todavia, ainda é muito jovem. Por essa razão, tanto o povo brasileiro quanto suas instituições, especialmente a polícia militar, ainda estão se adequando a esse novo contexto histórico e social, marcado por novas práticas discursivas e construção de novas representações.

Sob a influência do reestabelecimento do estado democrático de direito no Brasil, a Matriz Curricular Nacional foi instituída como um dos passos indispensáveis para o processo de mudança nas práticas discursivas das polícias militares brasileiras e também para a construção de uma nova representação desses profissionais, através da reestruturação dos currículos utilizados em sua formação para o novo contexto sócio-político. Atualmente, este documento é o parâmetro principal para essa reestruturação e referencial para mudanças no uso linguístico no âmbito da formação dos policiais militares, e, portanto, de suas práticas discursivas. A partir dessa reestruturação, os idealizadores da MCN esperam obter mudanças no âmbito da formação/educação das novas gerações de policiais militares estabelecendo assim novas relações e identidades sociais desses profissionais.

É importante ressaltarmos que o conceito de discurso adotado na presente pesquisa é aquele apresentado por Fairclough (1992, p. 22) onde o autor explica que o termo discurso refere-se a “diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social [como também] não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’ [...] de diferentes modos posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais”.

2 METODOLOGIA

2.1 Objeto de Investigação

Os textos analisados na presente pesquisa são constituídos de trechos de duas cartilhas que tratam de procedimentos de abordagem policial sob a ótica da não violação aos direitos humanos, uma elaborada pela SENASP e outra por uma ONG, a seguir descritas.

A primeira delas, intitulada “Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade”, é conhecida como a Cartilha da Força Nacional

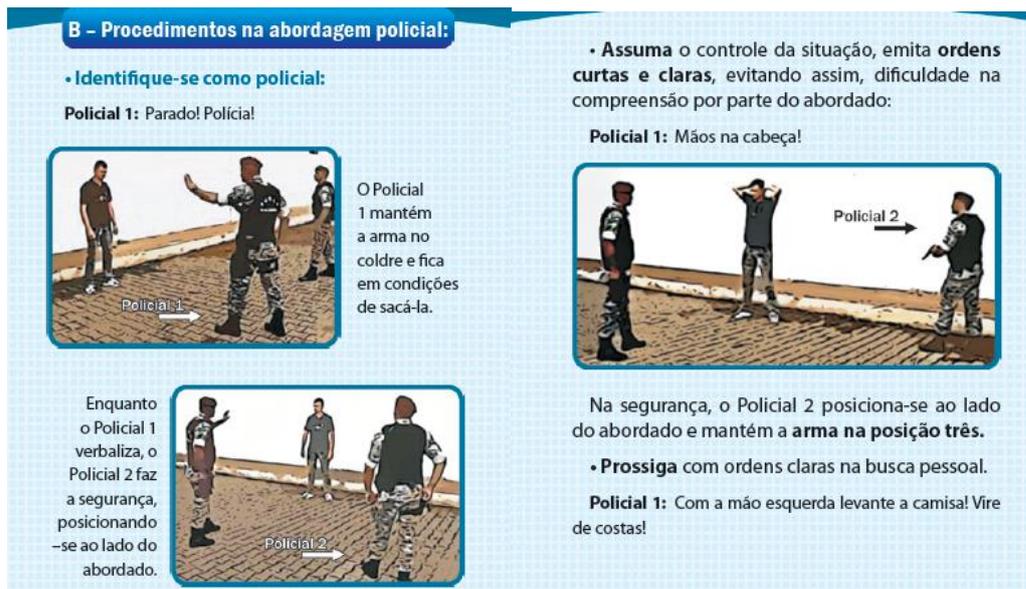
(doravante denominada pela sigla CFN) e foi publicada pela SENASP (BRASIL, 2010). A CFN foi produzida com a cooperação de 64 profissionais ligados ao departamento da Força Nacional de Segurança Pública e ao grupo de “Capacitação para a Atuação Policial Frente a Grupos em Situação de Vulnerabilidade”, dos quais, apenas a coordenadora pedagógica não é militar, os demais são militares, entre oficiais e praças, sendo duas policiais com formação em psicologia.

Esta cartilha tem por finalidade, segundo seus idealizadores:

Fortalecer elementos teórico-práticos para que os profissionais de Segurança Pública possam pautar o exercício de sua atividade no respeito aos direitos e liberdades individuais, conscientizando-se de sua capacidade de promover e proteger os Direitos Humanos de mulheres, crianças, idosos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, vítimas da criminalidade e abuso do poder, moradores de rua, vítimas de preconceito de raça ou cor e pessoas com deficiência. (BRASIL, 2010, p. 13).

O trecho analisado da Cartilha da Força Nacional na presente pesquisa intitula-se “Procedimentos na Abordagem Policial” (BRASIL, 2010, p. 20-24). Como seu título sugere, este documento busca dar orientação aos policiais acerca de como abordar, na rua, indivíduos suspeitos de estarem cometendo algum ato ilícito. Esse trecho é composto por textos e imagens representando dois policiais (que realizam a abordagem) e um homem suspeito (o abordado) (Ver Figura 1 como exemplo). Ressaltamos, entretanto, que o foco da pesquisa é apenas a parte textual.

Figura 1 – Trecho da CFN mostrando a abordagem policial



Fonte: Brasil, 2010, p. 20-21.

A importância da análise deste texto reside no fato de que, por fazer parte da CFN, ele foi elaborado por policiais militares oriundos de diversos Estados da Federação, portanto, parte-se do pressuposto de que seu conteúdo representa a perspectiva/percepção desses profissionais em relação à sua atuação nessas circunstâncias. O trecho completo analisado na presente pesquisa é reproduzido a seguir.

Identifique-se como policial:

Policia1 1: “Parado! Polícia!”

O policia1 1 mantém a arma no coldre e fica em condições de sacá-la.

Enquanto o policia1 1 verbaliza, o policia1 2 faz a segurança, posicionando-se ao lado do abordado.

Assuma o controle da situação, emita ordens curtas e claras, evitando, assim, dificuldade na compreensão por parte do abordado:

Policia1 1: “Mãos na cabeça!”

Na segurança, o policia1 2 posiciona-se ao lado do abordado e mantém a arma na posição três.

Prossiga com ordens claras na busca pessoal:

Policia1 1: Com a mão esquerda levante a camisa! Vire de costas!

Realize a busca pessoal.

Caso o abordado reaja e tente agredi-lo, defenda-se, projetando o corpo dele para a frente. Recue de costas para uma posição mais segura.

Saque a pistola do coldre e adote a posição quatro. Verbalize para que o abordado coopere.

Terminada a busca pessoal, determine que seja apresentada toda a documentação que julgar necessária para triagem e conferência.

O segundo texto investigado na presente pesquisa intitula-se “A Cartilha de Sapopemba” (doravante denominada pela sigla CS). Esta cartilha foi produzida pelo Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (SAPOPEMBA, 2006) da cidade paulistana de Sapopemba, por uma equipe composta por civis ligados a iniciativas e instituições de proteção aos direitos humanos.

A Cartilha de Sapopemba é baseada em textos legais, tais como a Constituição Federal, os Códigos Penal e de Processo Penal, e as Leis sobre abuso de autoridade, discriminação racial e crimes de tortura. Ela foi criada com o sentido de esclarecer a comunidade a respeito dos procedimentos legais que os policiais devem observar durante uma busca pessoal, de forma a preservar os direitos civis e humanos das pessoas abordadas durante uma revista policial.

Sua produção foi motivada por incidentes desencadeados por ações irregulares de alguns policiais em uma comunidade da cidade de Sapopemba no estado de São Paulo. Estas ações são descritas da seguinte forma na cartilha: “Várias pessoas da comunidade eram paradas por policiais e sem nenhuma justificativa legal eram abordadas e também torturadas; tinham seus documentos subtraídos e até rasgados. Várias casas eram invadidas por policiais sem mandado de busca”. (SAPOPEMBA, 2006, p. 21).

O trecho investigado no presente trabalho é reproduzido a seguir (os grifos em negrito e em letras maiúsculas são do texto original).

Os(As) policiais civis ou militares podem fazer buscas pessoais sem ordem do(a) juiz(a) quando tiverem **fundadas suspeitas** que a pessoa está escondendo armas de fogo, objetos destinados para prática de crime ou drogas.

Nestes casos os(as) policiais podem parar a pessoa e mandar colocar as mãos para o alto enquanto fazem a revista. Os(as) policiais não podem parar as pessoas porque “acham” que são suspeitas, ou seja, por preconceito. Se não houver fundada suspeita, não podem parar a pessoa porque ela mora na favela, ou num bairro pobre, ou porque é negra, amarela ou branca, ou está de chinelo ou boné.

Os(As) policiais durante a revista devem tratar as pessoas com respeito, inclusive familiares que se aproximam no momento da abordagem pra pedir informações sobre o que está acontecendo.

Os(As) policiais não podem GRITAR com a pessoa, xingá-la, chamando-a de LADRÃO, VAGABUNDO, NÓIA entre outros. Isto é **crime de injúria** ou até mesmo de **abuso de autoridade**; Se xingar de PRETO SAFADO é **crime de discriminação**. Ninguém pode ofender a origem racial das pessoas. Ser negro, amarelo ou branco não significa que a pessoa seja suspeita.

Se ameaçar ou bater para que confesse alguma coisa é **crime de tortura**.

Mandar a pessoa sair correndo sem olhar para trás é crime de **abuso de autoridade**.

A revista deve ocorrer de forma que não constranja a pessoa que está sendo revista. Assim, é proibido o(a) policial mandar uma pessoa tirar a roupa no meio da rua, ou mesmo exigir que fique com a mão para trás ou para o alto depois de revista [...].

2.2 Métodos de análise dos dados

Para a investigação dos dados, foi utilizado o método de análise de transitividade desenvolvido por Halliday e Matthiessen (2004), constituído pelos seguintes passos:

- 1) segmentação do texto em orações;
- 2) identificação dos tipos de processos e principais papéis de participantes utilizados para representar os policiais e as pessoas abordadas;
- 3) criação de tabelas de concordâncias de transitividades das representações dos policiais, identificando quantas vezes³ os policiais e as pessoas abordadas aparecem em um determinado papel de transitividade;
- 4) criação de modelos de transitividade, que consistem na identificação das formas transitivas que os participantes são representados em relação a outros participantes.

Este método permitiu identificar, de forma detalhada, os papéis dos participantes e os tipos de processos presentes nos textos investigados, e, portanto, as representações neles construídas no que diz respeito a “quem faz o que com quem e sob quais circunstâncias”. (BUTT *et al.*, 2000, p. 48).

³ Para fazer esse mapeamento estatístico foi empregado o uso de planilhas Excel.

2.3 Arcabouço teórico: o sistema de transitividade

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que tem o linguista Michael Halliday como um de seus principais pesquisadores, vem há várias décadas exercendo uma influência bastante ampla em vários campos de estudos da linguagem em dezenas de países. No Brasil, é crescente também o número de pesquisadores que vêm trabalhando com a perspectiva da LSF em várias instituições de ensino superior (*cf.* MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2015; FUZER; CABRAL 2014; VIAN *et al.*, 2010; BÁRBARA; MACÊDO, 2009; MEURER; BALOCCO, 2009).

Um dos preceitos básicos da LSF – e que a torna uma ferramenta ideal para a análise dos textos investigados – é que ela apreende o fenômeno da linguagem sob a perspectiva da **semiótica social** (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). De acordo com este conceito, o aspecto **semiótico** corresponde à premissa de que uma língua é uma rede estruturada de sistemas de signos utilizada por seus falantes para criar e trocar significados através de processos de escolha. A dimensão **social**, por sua vez, preconiza que as interações linguísticas sejam investigadas tomando-se como base os diferentes contextos sociais em que são concebidas. O objeto para o estudo da linguagem que deriva destes conceitos, portanto, é a linguagem utilizada em eventos comunicativos autênticos e completos – a linguagem como um tipo de texto, oral ou escrito, produzido por falantes em contextos sociais específicos.

Dentre os vários instrumentos de análise disponíveis na LSF destaca-se o construto da **metafunção experiencial**, que se realiza linguisticamente por meio do **Sistema de Transitividade**. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 169), o Sistema de Transitividade permite que representemos linguisticamente os eventos, ações e acontecimentos que permeiam nossas experiências de mundo. Ou seja, através dos recursos do Sistema de Transitividade somos capazes de codificar em forma de um processo ou configuração linguística a maneira como percebemos os acontecimentos que nos cercam e também as pessoas e as circunstâncias neles envolvidos.

Os autores explicam que um processo consiste de três elementos: o próprio processo, os participantes e as circunstâncias. O processo é tipicamente expresso pelo grupo verbal, os participantes são expressos pelos grupos nominais, e a circunstância (se houver uma) pelo grupo adverbial ou oração preposicionada. O sistema de transitividade é composto por seis tipos de processos: material, relacional, verbal, mental existencial e comportamental. Entretanto, devido ao fato de que apenas os processos materiais, verbais e relacionais são os mais encontrados nos textos investigados na pesquisa, apenas os primeiros são explicados a seguir.

a) **Processos materiais** — são utilizados para representar ações físicas que envolvam algum tipo de ação material, tais como: correr, dirigir, bater, prender, matar, levantar etc. Na análise de transitividade, quem executa essas ações é designado **Ator** — que tanto pode ser uma pessoa, um objeto inanimado, ou mesmo algo abstrato. O participante que é afetado pela ação do Ator é denominado **Meta**. Thompson (2004, p. 90) explica que “qualquer processo material possui um Ator, mesmo que ele não seja mencionado na oração”.⁴ Um exemplo clássico dessa ausência do Ator na frase é o caso da voz passiva, que é muito significativo do ponto de vista da análise do discurso, pois pode ser usado intencionalmente como artifício para “proteger”, “encobrir” ou, até mesmo, “privar” o Ator de ser reconhecido pelo leitor/ouvinte do discurso.

O Quadro 02 apresenta uma oração que ilustra um processo material.

Quadro 02 – Oração ilustrativa de processo material

[ø: Policial]	saque	a pistola	do coldre
Ator	Processo: material	Meta	Circunstância: local

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

b) **Processos relacionais** — nesta categoria encontram-se os processos que utilizamos para estabelecer relações de atribuição, identificação e posse entre vários participantes, sendo, geralmente, expressos por verbos como ser, estar e pertencer. Na relação atributiva, uma qualidade ou classe é atribuída a um participante, qualificado como **Portador**, sendo a qualidade considerada o **Atributo**.

Quadro 03 – Oração ilustrativa de relação atributiva

[ø: as pessoas]	são	suspeitas
Portador	Processo: relacional	Atributo

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na relação identificadora, é atribuída uma identidade a um participante, denominado **Identificado**, sendo o elemento por meio do qual a identificação é estabelecida denominado **Identificador**. Exemplificando essa relação tem-se a seguinte asserção: “O policial é a primeira linha de defesa dos direitos humanos” (BRASIL, 2010, p.5), que submetida à análise de transitividade revela a seguinte representação:

Quadro 04 – Oração ilustrativa de relação identificadora

O policial	é	a primeira linha de defesa dos direitos humanos.
Identificado	Processo: relacional	Identificador

Fonte: (BRASIL, 2008, p. 5)

⁴ “Any material process has an Actor, even though the Actor may not actually be mentioned in the clause”.

Por fim, na relação possessiva é estabelecida uma relação de posse entre dois participantes. O participante que possui é o **Possuidor** e a entidade possuída é o **Possuído**. A asserção: “Os policiais têm poderes [...]” (BRASIL, 2010, p.5) é um exemplo dessa relação, cuja segmentação e análise podem ser conferidas no Quadro 05.

Quadro 05 – Oração ilustrativa de relação possessiva

Os policiais	têm	poderes
Possuidor	Processo: relacional	Possuído

Fonte: (BRASIL, 2008, p.7).

c) **Processos verbais** — são processos relacionados às atividades de comunicação e expressão simbólicas de significados. Martin (1997, p. 108) observa que eles incluem “não apenas a diferença de maneiras de dizer (pedir, mandar, oferecer, declarar) mas também processos semióticos que não são necessariamente verbais (mostrar, indicar)”. Os processos verbais geralmente são compostos por: 1) **Dizente** – o participante que profere ou indica o enunciado/simbolizado; 2) **Receptor** – o participante para o qual o enunciado é direcionado; 3) **Verbiagem** - (o conteúdo da mensagem); e 4) **Alvo** - (o participante afetado por processos verbais de impacto ou de julgamento). Exemplos:

Quadro 06 – Orações ilustrativas de processo verbal

[ø: Os policiais]	chamando	-a	de ladrão, vagabundo, nóia ...
Dizente	Proc.: Verbal	Alvo	Verbiagem
Os policiais	não podem gritar	com a pessoa	
Dizente	Proc.: Verbal	Alvo	

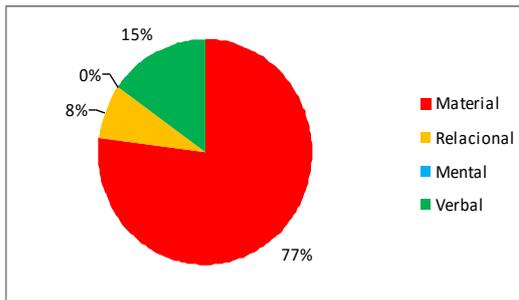
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 Processos presentes nos textos analisados: visão geral

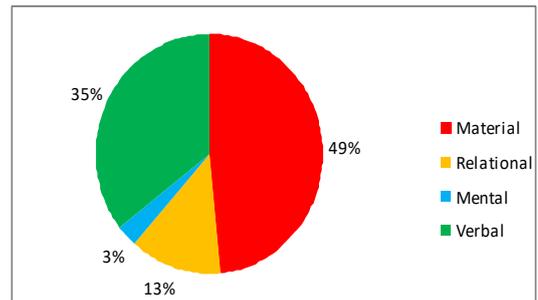
A análise de transitividade dos dois textos revelou que ao todo foram encontrados 35 (61%) processos materiais, 15 (26%) processos verbais, 6 (11%) processos relacionais e 1 (2%) processo mental. Estes dados, portanto, evidenciam uma predominância de eventos que se realizam na materialidade das ações dos participantes envolvidos em uma busca policial. O resultado da análise de transitividade em cada cartilha separadamente pode ser verificado nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Processos na CFN



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Gráfico 2 – Processos na CS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Cada um desses processos é discutido a seguir na medida em que são apresentados, e, sempre que possível, fazendo-se uma análise comparativa entre os resultados obtidos da análise dos dois textos.

3.2 Processos materiais

A análise de transitividade revelou que, do total de 20 processos materiais encontrados na CFN, os policiais estão representados no papel de Ator em 14 (70%), agindo, na maioria das vezes, sobre si mesmos, suas armas, e também sobre os cidadãos. Alguns desses processos materiais são: *sacar, posicionar, controlar, manter, defender, ficar, fazer, realizar, projetar e recuar*, que podem ser visualizados no Quadro 07.

Quadro 07 – Representação dos policiais como Atores nos processos materiais na CFN

(2.1)	O Policial 1	mantém	a arma	no coldre	
	Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: Local.	
(2.2)	e [ø: O Policial 1]	fica	em condição de [=preparado para]		
	Ator	Proc.: Material	Atributo		
(2.3)	[ø: O Policial 1]	sacá	-la [a arma]		
	Ator	Proc.: Material	Meta		
(3.1)	O Policial 2	faz	a segurança,		
	Ator	Proc.: Material	Escopo		
(3.2)	[ø: O Policial 1]	posicionando	-se	ao lado do abordado.	
	Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: Local.	
(4.1)	[ø: Policial]	assuma (controle)	o controle da situação		
	Ator	Proc.: Material	Escopo		
(6.1)	Na segurança	o Policial 2	posiciona	-se	ao lado do abordado
		Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: lugar
(6.2)	e [ø: Policial 2]	mantém	a arma	na posição três.	

		Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: lugar
(8)	[ø: Policial]	realize	a busca pessoal		
	Ator	Proc.: Material	Escopo		
(9.3)	[ø: Policial]	defenda	-se		
	Ator	Proc.: Material	Meta		
(9.4)	[ø: Policial]	projetando	o corpo dele	para frente.	
	Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: lugar	
10.1	[ø: Policial]	recue	de costas	Para uma posição mais segura	
	Ator	Proc.: Material	Circ.: Contingência	Circ.: lugar	
(10.2)	[ø: Policial]	Saque	a pistola	do coldre	
	Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: lugar	
(10.3)	e	[ø: Policial]	adote	a posição quatro.	
		Ator	Proc.: Material	Meta	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Este resultado permite dizer que o foco do texto da CFN é, primordialmente, a ação (procedimentos técnicos) dos policiais no momento da abordagem, possivelmente devido ao fato de a cartilha ter sido elaborada para servir como manual de instruções de como efetuar abordagens de pessoas suspeitas, enfatizando o aspecto da segurança do policial.

Enquanto no texto da CFN os policiais são representados em 14 processos materiais, o que equivale a 70%, a pessoa abordada na revista policial aparece como Ator em apenas 6 ocorrências (30%), sendo 4 processos referentes a verbos que indicam ações ordenadas pelos policiais e desprovidas de um teor material que indicam poder, a saber: *por* (as mãos na cabeça), *levantar* (a camisa), *virar* (de costas), e *cooperar*; e 2 processos referentes a uma situação hipotética em que o abordado possa vir a reagir contra os policiais (*reagir* e *tentar agredir*).

Quadro 08 – Representação dos abordados como Atores nos processos materiais na CFN

(5)	[ø: Abordado]	[ø: ponha]	as mãos	na cabeça!
	Ator	Proc.: material	Meta	Circ.: lugar
(7.1)	com a mão esquerda	[ø: Abordado]	levante	a camisa!
	Circ.: Meio	Ator	Proc.: material	Meta
(7.2)	[ø: Abordado]	vire	de costas!	
	Ator	Proc.: material	Circ.: Modo	
(9.1)	caso	o abordado	reaja	
		Ator	Proc.: material	
(9.2)	e	[ø: Abordado]	tente agredi	-lo [o policial]

		Ator	Proc.: material	Meta
--	--	------	-----------------	------

(10.1)	[ø: policial]	verbalize	para o abordado	(14.2)	cooperar
	[dizente]	[Proc.: Verbal]	Verbiagem/Ator		Proc.: Material

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

A ocorrência desses processos materiais em que o abordado é representado como Ator não deixa dúvida de que, em uma situação de revista policial a pessoa abordada encontra-se totalmente sob a autoridade dos policiais, que detêm o poder e os recursos materiais para agir sobre ela, fato que reforça a necessidade de as abordagens serem feitas conforme os preceitos legais da ótica dos direitos humanos.

Situação semelhante também é verificada na Cartilha de Sapopemba. Nessa cartilha a análise de transitividade revelou que o policial militar participa como Ator em 9 (42%) das 15 ocorrências de processos materiais, enquanto que a pessoa abordada é representada como Ator em 6 (26%) dessas ocorrências.

Os verbos associados às ações do policial são: *parar, revistar, tratar, bater, constranger*, que revelam a ação e o poder do policial sobre o abordado, como pode ser visto nos exemplos abaixo (Quadro 09).

Quadro 09 – Representação dos policiais como Atores nos processos materiais na CS

(1.1)	Os policiais civis ou militares	podem fazer revistas	sem ordem do(a) Juiz(a)
	Ator	Proc.: Material	Circ.: Contingência

(2.1)	Nestes casos,	os policiais	podem parar	a pessoa [= abordado],
		Ator	Proc.: Material	Meta

(2.4)	enquanto	[ø: Os policiais]	fazem a revista [= revistam].
		Ator	Proc.: Material

(3.1)	os policiais	não podem parar	as pessoas
	Ator	Proc.: Material	Meta

(4.2)	Se não houver fundadas suspeitas,	[ø: Os policiais]	não podem parar	a pessoa
	Circ.: Contingência	Ator	Proc.: Material	Meta

(5.1)	Os policiais	durante a revista	devem tratar	as pessoas	com respeito,
	Ator	Circ.: Extensão: duração	Proc.: Material	Meta	Circ.: Modo

(11.2)	ou	[ø: O policial]	bater
		Ator	Proc.: Material

(13.1)	[Quando	o policial	estiver revistando	uma pessoa,
		Ator	Proc.: Material	Meta

(13.2)	o policial	não pode constrangê	-la].
	Ator	Proc.: Material	Meta

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

É interessante que a análise do texto da CS apresenta uma recorrência significativa do verbo *parar*, como ação do policial sobre as pessoas, tanto em situação de proibição como de poder. Essa constatação mais uma vez deixa explícita a perspectiva do abordado presente na CS: a preocupação de não ser parado pela polícia, ou, quando parado, que haja uma justificativa para tanto. Por sua vez, os processos representam as ações do abordado a partir das ações do policial são: *esconder*, *colocar* (as mãos para o alto), *morar*, *sair correndo*, *tirar* (a roupa), *ficar* (com a mão para trás ou para o alto),

Quadro 10 – Representação do abordado como Ator nos processos materiais na CS

(1.3)	que	a pessoa	está escondendo	armas de fogo, objetos destinados para a prática de crimes ou drogas.
		Ator	Proc.: Material	Meta

(2.3)	[ø: abordado]	colocar	as mãos	para o alto
	Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: Local.

(4.3)	porque	ela [ø: abordado]	mora	na favela, ou num bairro pobre,
		Ator	Proc.: Material	Circ.: Local.

(12.2)	[ø: a pessoa = abordado]	sair correndo	sem olhar para trás
	Ator	Proc.: Material	Circ.: Contingência

(14.2)	uma pessoa	tirar	a roupa	no meio da rua
	Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: Local.

(14.4)	que	[ø: O abordado]	fique [=mantenha]	com a mão	para trás ou para o alto depois de revistada.
		Ator	Proc.: Material	Meta	Circ.: Local.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

3.3 Processos verbais

A análise de transitividade revelou que, do total de 26 processos presentes no texto da CFN, 4 (15%) são verbais e em todos o policial é representado como Dizente, conforme pode ser visualizado a seguir nos Quadros 11 e 12.

Quadro 11 – Representação dos policiais como Dizentes nos processos verbais na CFN

(3)	Enquanto	o policial	verbaliza
	Circunstância	Dizente	Verbiagem

(4.2)	[ø: Policial]	emita	ordens curtas e claras
	Dizente	Proc.: Verbal	Verbiagem

(7)	[ø: Policial]	Prossiga	com ordens claras	na busca pessoal.
	Dizente	Proc.: Verbal	Verbiagem	Circunst.

(10.4)	[ø: Policial]	Verbalize	para o abordado	(9.2)	cooperar.
	Dizente	Proc.: Verbal	Verbiagem/Ator		Proc.: Material

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em contraste, a CS contém 10 (47%) ocorrências de processos verbais, sendo que, assim como na CFN, em todas o policial é representado como Dizente (Quadro 12). O maior número de ocorrências de processos verbais na CS em relação à CFN pode ser atribuído ao fato de que uma das fontes para sua elaboração foram os relatos de experiências de abordagens relatadas por integrantes da comunidade. Essa constatação revela uma relação de poder em que o policial detém o monopólio da fala, devendo o abordado ficar calado enquanto é revistado.

Quadro 12 – Representação dos policiais como Dizentes nos processos verbais na CS

(2.2)	[ø: Os policiais]	mandar	[ø: abordado]
	Dizente	Proc.: Verbal	Receptor

(6.1)	Os policiais	não podem gritar	com a pessoa,
	Dizente	Proc.: Verbal	Receptor

(6.2)	[ø: Os policiais]	xingá	-la
	Dizente	Proc.: Verbal	Alvo

(6.3)	[ø: Os policiais]	chamando	-a	de ladrão, vagabundo, nória entre outros.
	Dizente	Proc.: Verbal	Alvo	Verbiagem

(8.1)	se	[ø: O policial]	xingar	de preto safado,
		Dizente	Proc.: Verbal	Verbiagem

(9.0)	Ninguém [= O policial]	pode ofender	a origem racial das pessoas.
	Dizente	Proc.: Verbal	Verbiagem

(11.1)	se	[ø: O policial]	ameaçar,
		Dizente	Proc.: Verbal

(12.1)	[ø: Os policiais]	Mandar	a pessoa [= abordado]
	Dizente	Proc.: Verbal	Receptor

(14.1)	Assim,	o(a) policial	é proibido [ø: =não pode] mandar	uma pessoa
		Dizente	Proc.: Verbal	Receptor

(14.3)	ou mesmo	[ø: O policiais]	exigir
		Dizente	Proc.: Verbal

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que no Quadro 11 as orações são caracterizadas por um conteúdo ligado a procedimentos de abordagem, deixando evidente sua finalidade e seu público alvo. São verbalizações curtas e claras, que têm a finalidade técnica, segundo seus idealizadores, de não confundir a pessoa abordada. No entanto, por serem imperativas, essas verbalizações emitidas pelos policiais podem passar a ideia de rispidez e truculência, mesmo que não seja essa a intenção.

Diferentemente dos processos verbais do texto da CFN, que fazem parte dos recursos que os policiais têm para conduzir uma abordagem técnica, os processos verbais presentes na CS (Quadro 12) destacam-se por se referir a ações verbais que apontam para possíveis violações dos direitos humanos da pessoa abordada.

Considerando que a cartilha foi publicada em 2006, e que a disseminação do discurso dos direitos humanos entre os profissionais de segurança pública, no mínimo já contava com três anos — se for considerado para esse cálculo o ano de lançamento da MCN (2003) — é possível perceber que a consciência do respeito à dignidade da pessoa humana ainda demanda algum tempo para ser assimilada.

3.4 Processos relacionais

A verificação de processos relacionais é muito enriquecedora para a análise do discurso, pois os três tipos de relação: atributiva, identificadora, e possessiva, que compõem esses processos, podem estar relacionadas a uma série de outras ações. A relação atributiva pode estar carregada de preconceitos e a possessiva desencadear abusos de autoridade. Por exemplo, quando se parte do pressuposto de que ser pobre e preto é igual a ser bandido; ou, que por ser policial tem-se o direito de se abordar pessoas indiscriminadamente.

Assim, da oração analisada no Quadro 13 é possível verificar a preocupação da equipe que elaborou a CFN no sentido de preservar o direito de o cidadão saber por quem está sendo parado e revistado. Indo um pouco mais longe nessa análise, ela também serve para lembrar ao policial o que se espera dele como profissional.

Quadro 13 - Processos Relacionais na Cartilha da Força Nacional

(1)	[ø: Policial]	Identifique-se	como policial
	Portador	Proc.: relacional	Atributo

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Com relação aos processos relacionais da CS apresentados no Quadro 14, pode-se comentar que há um limiar entre as “fundadas suspeitas” e preconceitos racial e social. O policial,

por fazer parte da mesma sociedade, também é afetado por suas crenças e preconceitos, portanto tende, muitas vezes inconscientemente, a fazer juízos de valor à luz do senso comum, que fatalmente incorre nos equívocos condenados nas orações que apresentam o tipo de relação atributiva.

Quadro 14 - Processos Relacionais na Cartilha de Sapopemba

(1.2)	quando	[ø: Os policiais]	tiverem	fundadas suspeitas	
		Portador	Proc.: Relacional	Possuído	

(3.3)	que	[ø: as pessoas = abordado]	são	suspeitas	ou seja, por preconceito.
		Portador	Proc.: Relacional	Atributo	Circ.: Causa

(4.4)	ou	porque	[ø: ela = abordado]	é	negra, amarela, amarela ou branca
			Portador	Proc.: Relacional	Atributo

(4.5)	ou	[ø: abordado]	está	de chinelo.	
		Portador	Proc.: Relacional	Atributo	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado desde o início deste trabalho, a temática que envolve violência e segurança pública tem preocupado os governantes do ponto de vista pragmático, ou seja, a diminuição dos índices de violência mediante investimentos nesse setor, tanto na logística quanto na formação de seus profissionais. Por outro lado, tem sido um campo muito fértil para pesquisas acadêmicas, resultando em leituras diferenciadas, tais como de sociólogos, administradores e juristas. Este cenário propiciou o surgimento da Matriz Curricular Nacional (MCN), trazendo o discurso dos direitos humanos como princípio basilar de sua proposta pedagógica para a formação dos profissionais de segurança pública.

Do ponto de vista linguístico, essa proposta representa a inserção de novas práticas discursivas no âmbito da formação do policial militar, “colonizando” o discurso da segurança pública com o discurso dos direitos humanos. Daí porque esta pesquisa teve o objetivo de analisar a adoção dessas novas práticas discursivas na construção da representação de um novo policial militar, capaz de atuar profissionalmente em um contexto histórico de uma nação que está aprendendo a viver em uma sociedade regida pelo Estado Democrático de Direito.

A utilização da análise de transitividade permitiu identificar de forma detalhada os papéis dos participantes e os tipos de processos presentes nos textos didáticos que tratavam do tema “abordagem policial”, o que foi fundamental para responder às duas primeiras perguntas

formuladas no início deste trabalho, e que tiveram, respectivamente, a finalidade de investigar como o policial militar é representado dentro das novas práticas discursivas da MCN, e que relações de poder estão envolvidas nessa representação.

A análise de transitividade permitiu constatar que a atividade de abordagem policial é caracterizada pela ocorrência, em número elevado, de processos Materiais e Verbais, nos quais o policial militar é representado, preponderantemente, nos papéis de Ator e Dizente. Esta representação não difere da construída nos anos dos regimes de exceção, pois, devido ao poder de polícia, que lhe é legalmente conferido, e à natureza do evento (abordagem), a relação de poder é clara: o policial está no comando e é ele quem emite ordens, conforme se constata pelas primeiras orientações dadas pela Cartilha da Força Nacional: “assuma o controle da situação” e “emita ordens curtas e claras”.

Por outro lado, a pessoa abordada encontra-se claramente sob domínio do poder conferido ao policial. E nessas situações deve ficar em silêncio (ou pelo menos se presume que assim o seja), devendo obedecer às ordens emitidas pelo policial. Sua representação se constitui no papel de Meta das ações do policial e de Receptor/Alvo de suas verbalizações.

Do exposto, é possível afirmar que, do ponto de vista da pessoa abordada, a situação é extremamente constrangedora, principalmente quando se trata de pessoas de bem, conscientes de seus direitos e que se veem, de repente, aparentemente sem nenhuma justificativa plausível, tendo seu direito de ir e vir cerceado, seu corpo apalpado e seus pertences revistados, sem poder falar até que o procedimento seja completado pelos policiais.

Esse cenário remete à terceira e última pergunta de pesquisa, que teve o propósito de verificar como ocorre a prática discursiva dos direitos humanos no material didático empregado na formação dos profissionais de segurança pública. Neste sentido, é possível afirmar que a cartilha produzida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), apesar de possuir várias alusões aos direitos humanos e à necessidade de se preservar a dignidade da pessoa respeitando-os, não os insere no texto que foi analisado, que trata das abordagens propriamente ditas, resultando em instruções essencialmente técnicas. Ou seja, uma cartilha mais para a ação do que para a reflexão.

Essa dissociação entre o “como fazer” e o “refletir o fazer” é revelada pelo contraste entre a elevada porcentagem de processos Materiais e a ausência de processos Mentais nessas instruções. Contraste semelhante pode ser percebido na Cartilha de Sapopemba, que passou mais a impressão do que o policial pode e não pode fazer quando aborda um cidadão. Dessa forma, a formação técnica, caracterizada pelo fazer, recebe maior ênfase do que a formação reflexiva, indispensável para se trabalhar os princípios dos direitos humanos. Estes resultados apontam

para a necessidade da consolidação das novas práticas discursivas propostas pela MCN, que visam a constituir mudanças nas relações de poder polícia-cidadão, ou seja, tornar essas relações mais permeadas pelo discurso e pela prática do respeito aos direitos humanos.

Recebido em: julho de 2016
Aprovado em: dezembro de 2016
cappmlimeira@yahoo.com.br
andersondesouza@netscape.net

REFERÊNCIAS

BÁRBARA, L.; MACEDO, C. M. M. Linguística Sistêmico-Funcional para a Análise de Discurso: um Panorama Introdutório. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 10, p. 89-107, 2009.

BRASIL. *Matriz curricular nacional para a formação em segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2004.

BRASIL. *Constituição da república federativa brasileira*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006, 448 p.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Guia de direitos humanos: conduta ética, técnica e legal para instituições policiais militares*. Programa de Apoio Institucional às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, Brasília, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: cartilha* / Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: SENASP/MJ, 2010.

BUTT, D. *et al. Using functional grammar: An explorer's guide*. 2nd ed. Sydney: National Centre for English Language Teaching and Research, Macquarie University, 2000.

CERQUEIRA, H. de G. *A disciplina Militar em Sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da polícia militar do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Título original: *Discourse and social change*. Editora Universidade de Brasília. Cordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães, Brasília, 2001.

FUZER, C; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M.I.M. *An introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London: E. Arnold, 2004.

KROK, J. T. *O vínculo constitucional entre o Exército e as Polícias Militares: reflexos na estrutura organizacional, formação e prática profissional (1934 – 1988)*. Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em História. Universidade Federal do Espírito Santo; Vitória: 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTIN, J. R. *Analysing genre: functional parameters*. In F. Christie; J. R. Martin (Eds.). *Genre and institutions: Social processes in the workplace and school*. London and Washington: Cassel, 1997.

MEURER, J.L.; BALOCCO, A. E. *A Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil: interfaces, agenda e desafios*. *Anais do SILEL*. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. A short cartography of genre studies in Brazil. *Journal of English for Academic Purposes*, v. 19, p. 22-31, 2015.

MUNIZ, J. *Polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional*. *Security and Defense Studies Review*, Vol. 1, 2001.

PINTO, P. J. G.; GAGO, P. C. *Hibridismo de papéis do inspetor nos interrogatórios policiais na delegacia da mulher*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 16(2), p. 53-73, 2015.

RODRIGUES, M. P. R. *Gestão da polícia militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã*. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2010.

SAPOPEMBA. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba - CDHS. *Cartilha de Sapopemba (Abordagem policial)*. Série Construindo a Cidadania. São Paulo: R&C Artes Gráficas e Editora Ltda, 2006.

THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. London: Oxford University Press, 2004.

VIAN JR., O.; SOUZA, A. A.; ALMEIDA, F. S. D. (Org.). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade*. São Carlos: Pedro & João, 2010.